

Piso salarial gera divergências

O piso salarial dos professores e a aplicação dos recursos financeiros são dois aspectos da LDB que deverão ser votados hoje, segundo prevê o deputado Ubiratan Aguiar. Na primeira questão, há divergências entre os deputados quanto à unificação nacional dos salários.

“Muitos entendem que os salários devem ficar restritos à origem das contratações”, ou seja, municipal, estadual ou federal. A mesma divergência regional ocorre em relação à segunda proposta.

O salário-creche é outra questão polêmica a ser analisada. As empresas particulares de ensino são contrárias e alegam a impossibilidade de arcar com outros encargos. Pelo mesmo motivo, a relação professor-aluno-sala de aula poderá

continuar prejudicada. No projeto da deputada Ângela Amin fica estabelecido um número mínimo de alunos para cada professor. As escolas particulares argumentam que não têm condições financeiras para este tipo de privilégio.

A preparação do aluno de segundo grau para o exercício de profissões técnicas também deverá ser decidida no plenário, apesar de a declaração de princípios já estar definida. A votação do artigo que cria contribuição de 1,5% sobre a folha de pagamento das empresas para custear o ensino profissionalizante é mais um item à espera de aprovação. A polêmica criada refere-se ao aspecto tributário da questão. (S.B.)